

Relações entre produção científica e indicadores de matrículas no censo escolar em Porto Velho-RO no contexto da inclusão

Neusa Teresinha Rocha dos Santos

Professora no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Mestra em Letras. Doutoranda na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação, câmpus de Marília-SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Social (GEPIS/Unesp/CNPq).

E-mail: neusa.santos@ifro.edu.br

Jáima Pinheiro de Oliveira

Docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Educação, Departamento de Administração Escolar e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação, câmpus de Marília-SP.

E-mail: jaima.ufmg@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal buscar relações entre os dados referentes aos indicadores de matrícula dos alunos do público-alvo da Educação Especial no ano de 2018 em Porto Velho/RO e as produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Escolar de Rondônia. A pesquisa, documental e descritiva, utilizou como fontes a sinopse estatística da Educação Básica do Censo de 2018 e buscas das dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) e Educação Escolar (Mestrado Profissional). O perfil da Educação Especial no município pesquisado, tanto em classes comuns quanto em classes exclusivas, caracterizou-se pela prevalência significativa de matrículas de estudantes com deficiência intelectual, seguida pela matrícula de alunos com transtorno do espectro autista e deficiência física. A produção de conhecimento sistematizada indicou uma prevalência de produções na área da surdez. Os dados obtidos sugerem que: a) as futuras pesquisas realizadas no município estejam voltadas para os aspectos de avaliação e diagnóstico desse público-alvo matriculado; b) que as pesquisas continuem fomentando as discussões acerca dessas demandas, especialmente, em relação às práticas pedagógicas e formação docente.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Regular. Produção Científica. Inclusão Educacional.

Relationships between scientific production and enrollment indicators in the school census of Porto Velho-RO in the context of inclusion

ABSTRACT

This work had as main objective to search for relations between the data referring to the enrollment indicators of the students of the Special Education target group in 2018 in Porto Velho / RO and the academic productions of the Graduate Programs in Education and School Education of Rondônia. The research, documentary and descriptive, used as a source the statistical synopsis of Basic Education of the 2018 Census and seeks dissertations from the Graduate Programs in Education (Academic Master) and School Education (Professional Master). The profile of Special Education in the municipality surveyed, in common and exclusive classes, was characterized by the significant prevalence of enrollments of students with intellectual disabilities, followed by the enrollment of students with autism spectrum disorder and physical disability. The production of systematized knowledge indicated the prevalence of productions in the area of deafness. The data obtained suggest that: a) future research carried out in the municipality is focused on the aspects of evaluation and diagnosis of this registered target audience; b) the research continues to encourage discussions about these demands, mainly in relation to pedagogical practices and teacher training.

Keywords: Special Education. Regular education. Scientific Production. Educational Inclusion.

1 Introdução

No cenário atual, a Educação Especial tem sido alvo de grandes mudanças que, de certa forma, têm impactado a sociedade e, nesse contexto, a escola não tem saído ilesa dos desafios da inclusão e da escolarização de pessoas com deficiência. Nessa direção e considerando a necessidade de se compreender esse quadro, a presente pesquisa tem como escopo a produção científica na área de deficiência intelectual e as matrículas desse público-alvo na capital do estado de Rondônia.

A Educação Especial também tem sido campo de investigação e implementação de legislação e políticas públicas. No entanto, como destaca

Bueno (2011), pouco tem sido escrito sobre a história da educação especial, afirmando que o material bibliográfico disponível se apresenta como decorrência da evolução das civilizações, iniciando com a morte dos anormais na pré-história e culminando com o esforço para integração excepcional na época contemporânea.

Em 2008, foi divulgada pelo Ministério da Educação junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, à época, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), constituindo um avanço em relação às políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Em face disso, conforme esse documento, é imperioso apresentar a conceituação de educação especial como:

[...] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11).

Nesta mesma política é destacado que o público-alvo dessa modalidade são estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, reiterando também que a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. Diversos documentos atuais indicam alterações em relação à nomenclatura desse público-alvo, a exemplo do Transtorno do Espectro Autista (APA, 2014) e muitos documentos oficiais publicados após a Política Nacional tiveram o intuito de indicar diretrizes para implementação dos princípios estabelecidos nela.

O objetivo desta Política Nacional é assegurar a educação inclusiva dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e, para tal, sugere-se que a escola assuma o desafio de atender às necessidades de todos os estudantes. Nesse documento é asseverado que a escolarização destes estudantes deve ocorrer na sala comum do ensino regular com o apoio do serviço especializado (Atendimento Educacional Especializado - AEE), realizado pelo professor especialista em

Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em período contrário à sala comum (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2011).

Sem dúvida, a política fortaleceu o AEE (BRASIL, 2009), destacado também por Silva, Souza e Faleiro (2018) que comentam sobre a publicação do Decreto 6.571/08 que dispõe sobre o AEE. Segundo as autoras, este documento, que regulamenta o AEE nas escolas brasileiras, apresenta pela primeira vez uma diretriz oficial que estabelece o conceito de AEE, define os objetivos, a forma de oferta e a forma de financiamento desse serviço de educação especial. Em 2011, esse decreto foi revogado e, então aprovado o Decreto 7.611/11 que estimulava as instituições filantrópicas com atuação exclusiva de educação especial a se tornarem centros de referência para formação de professores, de oferta de AEE e receberem recursos públicos para essas atividades (BRASIL, 2011).

Especificamente sobre o número de estudantes com deficiência na escola, até o ano de 2000 havia 382.215 matrículas na escola regular. A partir de 2000, a legislação se fortaleceu muito e até 2015, esse número de matrículas na escola regular atingiu o número de 953.704. No entanto, muitos desses estudantes permanecem em classes exclusivas, nas quais ainda era possível encontrar 174.886 matrículas, no ano de 2015.

Ao consultar os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2018 (INEP, 2018; 2019) em relação ao número de pessoas com deficiência no país, podemos estimar que há aproximadamente 500 mil estudantes fora da escola regular, na Educação Básica. E mesmo aqueles que estão na escola regular, apenas 42% possuem AEE. Esses dados indicam que ainda precisamos melhorar muito em relação à garantia do acesso, da permanência e, principalmente, de uma escolarização que favoreça o processo de ensino-aprendizagem desse público-alvo.

Nesse contexto, tem sido cada vez mais urgente a atenção em relação ao campo de produção científica no sentido de que esta forneça suportes para compreender a implementação e o funcionamento, de maneira geral, de serviços de educação especial e de aspectos relacionados à formação especializada dessa área, especialmente em relação aos professores que

atuam junto ao AEE, dentre outros (MENDES; CIA; D’AFFONSECA, 2015; MENDES; CIA; CABRAL, 2015).

Especificamente sobre a deficiência intelectual, Fernandes (2010) faz importante discussão a respeito da avaliação e do acompanhamento desses sujeitos e das peculiaridades do desenvolvimento da aprendizagem deles. Para isso, aponta como problema o reducionismo nas práticas de ensino, citando como exemplo o método de treinamento empregado a essas pessoas, destacando que essa prática limitou a criança com deficiência mental/intelectual no desenvolvimento. A autora conclui sua discussão, sugerindo que:

[...] todos que trabalham e convivem no ambiente educacional estão desafiados a produzir conhecimentos que suplantem noções reducionistas baseadas no déficit orgânico ou em outras quaisquer limitações físicas destes sujeitos, pois para além do rótulo da condição orgânica, existe um sujeito de vida social e relacional, que não tem limites nas possibilidades de alcance nas competências e habilidades em seu processo de inclusão social (FERNANDES, 2010, p. 167).

Essa discussão acerca da deficiência intelectual sempre ganhou relevo, em razão da dificuldade de diagnosticar esses sujeitos e, principalmente, da discrepância em relação aos critérios utilizados para essa avaliação. Além disso, essa deficiência sempre esteve presente como destaque na escola e sempre foi alvo de muita discussão (OLIVEIRA, 2018; BRAUN, MARIN, 2018; FERNANDES, 2010). No estudo de Campos (2014, p. 33), a autora objetivou caracterizar o contexto escolar de alunos com deficiência intelectual que frequentam a EJA. De acordo com a autora uma das demandas presentes no contexto escolar da EJA são os alunos com deficiência intelectual, fato justificado pela autora por grande parte da escolarização desse público ter ocorrido “em instituições especializadas, e, agora, a EJA sinaliza a possibilidade de acesso ao ensino regular”.

Outro estudo que também aborda aspectos importantes sobre a deficiência intelectual é o de Padilha (2018), que teve como objetivo relacionar a inclusão escolar das pessoas com deficiência com as esferas dos fundamentos, da formação de professores e das práticas pedagógicas. A

autora nos leva a refletir sobre as formas de compreender e atuar com esses sujeitos, fazendo o seguinte apontamento:

[...] o que dissemos é uma possibilidade teórica e prática de refletir sobre a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência intelectual, levando em consideração, o seu direito de aprender e o dever do Estado de garantir esse aprendizado, de modo a superar injustiças históricas (PADILHA, 2018, p. 68).

Lima e Pletsch (2018), em seu estudo, analisaram a escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e evidenciaram que a escolarização desses sujeitos teve avanços significativos a partir das políticas de inclusão escolar, mas que ainda existem inúmeras barreiras para superar a cultura da impossibilidade presente no discurso docente e na sociedade em geral.

Enfim, por mais avanços que tenhamos vivenciado nos últimos anos, é importante realçar que todos os esforços, nesse momento, devem ser direcionados para a manutenção dessa população na escola regular e, principalmente, para proporcioná-la um verdadeiro e digno processo de desenvolvimento e aprendizagem. Essa ideia deve ter consonância com os pressupostos políticos do paradigma da Educação Inclusiva, que têm despendido esforços para uma educação de qualidade para todos (INEP, 2014).

Nesse contexto, essa pesquisa teve como principal objetivo buscar relações entre os dados referentes aos indicadores de matrícula dos alunos do público-alvo da Educação Especial no ano de 2018 em Porto Velho/RO e as produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Escolar desse estado.

2 Aspectos Metodológicos

Em termos metodológicos, pautamos esse estudo nos pressupostos de uma pesquisa documental e descritiva, considerando que os dados e

resultados obtidos aqui possuem origem em interpretações de documentos já coletados e que se encontram disponíveis. Gil (2002) afirma que em uma pesquisa documental existem dois tipos de documentos a serem analisados: aqueles de primeira e de segunda mão. Os de primeira mão são aqueles que ainda não receberam nenhum tratamento analítico ou interpretativo; e os documentos de segunda mão são os que, de algum modo, já receberam algum tipo de tratamento.

Considerando esses conceitos, definimos este estudo como documental, tendo em vista que ele analisou documentos de segunda mão, ou seja, os dados disponibilizados pelo Censo Escolar e dados relacionados a produções científicas. Sobre o estudo descritivo, Gil (2002) comenta que as pesquisas de caráter descritivo são as que buscam descrever características de uma população específica, com destaque para o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como as fontes documentais. As pesquisas descritivas habitualmente possuem dados voltados para aspectos de atuação prática.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa analisamos resultados dos indicadores do Censo da Educação Básica de 2018 do município de Porto Velho-RO, disponibilizados no portal do MEC/INEP e também consideramos as produções acadêmicas relacionadas à Educação Especial, dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Porto Velho/RO.

Em relação às buscas das produções acadêmicas, estas ocorreram em dois *sites* distintos: do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, em nível de Mestrado Profissional (www.ppgee.unir.br), considerando o recorte temporal de 2014 a 2017, justificado pelo início da primeira turma desse programa; e do Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado Acadêmico (<http://www.ppge.unir.br>), com material empregado na análise oriundo das dissertações concluídas até 2016, publicadas até 2017.

Selecionamos os trabalhos a partir da leitura dos resumos que versavam sobre a temática deste estudo, bem como, daqueles que faziam menções aos termos: *educação inclusiva, inclusão, acessibilidade, práticas pedagógicas, educação especial, público-alvo da educação especial e atendimento educacional especializado*.

Ainda, em relação a essas produções científicas, foram categorizadas de acordo com o público-alvo da Educação Especial enfatizado e, em seguida, apresentadas em quadros. A sistematização e análise das dissertações concluídas no PPGE e PPGE da UNIR/RO podem colaborar para uma visão geral sobre a produção científica realizada no Programa em relação à Educação Especial, constituindo uma referência para professores, estudiosos e pesquisadores da área.

Em relação às matrículas, os dados foram organizados por meio de estatística descritiva simples, com a confecção de tabelas e gráficos com a finalidade de elucidar o número de matrículas e tipo de categoria do público-alvo da Educação Especial em classes comuns e classes exclusivas do município de Porto Velho/RO. Por fim, os dados obtidos foram apresentados por meio de quadros, tabelas e gráficos e discutidos à luz da literatura apresentada e de estudos complementares.

3 Resultados e Discussão

Serão apresentados os resultados obtidos em relação aos indicadores de matrículas de estudantes do público-alvo da Educação Especial da cidade de Porto Velho/RO e, em seguida, os dados sobre as produções científicas na área de Educação Especial. A partir dessas descrições é que serão buscadas possíveis relações e tecidas discussões, embasadas na literatura.

3.1 Matrículas de estudantes do público-alvo da Educação Especial

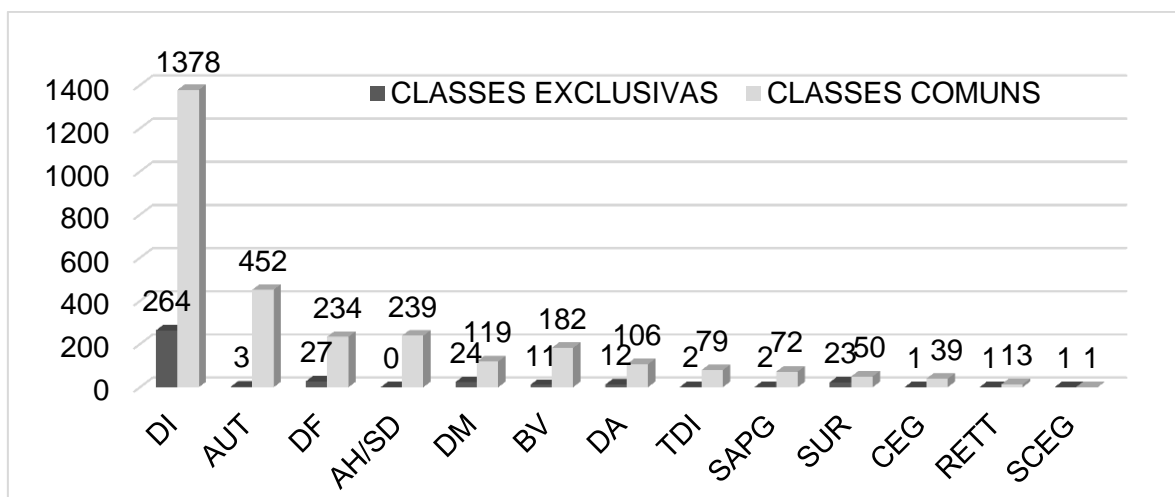
Tabela 1 – Indicadores de matrículas por público-alvo da Educação Especial em Porto Velho/RO

Tipo de deficiência, TGD ou Altas Habilidades	Tipos de classes					
	Educação Especial		Classe Comum		Classe Exclusiva	
	Nº Matrículas	%	Nº Matrículas	%	Nº Matrículas	%
Cegueira	40	1,20	39	1,32	1	0,26
Baixa Visão	193	5,77	182	6,14	11	2,89

Surdez	73	2,18	50	1,69	23	6,05
Deficiência Auditiva	118	3,53	106	3,58	12	3,16
Surdocegueira	1	0,03	1	0,03	0	0,00
Deficiência Física	261	7,81	234	7,89	27	7,11
Deficiência Intelectual	1.642	49,10	1.378	46,49	264	69,47
Deficiência Múltipla	153	4,58	119	4,01	34	8,95
Autismo	455	13,61	452	15,25	3	0,79
Síndrome de Asperger	74	2,21	72	2,43	2	0,53
Síndrome de Rett	14	0,42	13	0,44	1	0,26
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	81	2,42	79	2,67	2	0,53
Altas Habilidades/ Superdotação	239	7,15	239	8,06	0	0,00
Total	3.344	100,00	2.964	100,00	380	100,00

Fonte: INEP (2018).

Gráfico 1 – Frequência de matrículas por público-alvo da Educação Especial em Porto Velho/RO



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Legenda: DI: Deficiência intelectual; AUT: Autismo; DF: Deficiência Física; AH/SD: Altas Habilidades/Superdotação; DM: Deficiência Múltipla; BV: Baixa Visão; DA: Deficiência Auditiva; TDI: Transtorno Desintegrativo da Infância; SAPG: Síndrome de Asperger; SUR: Surdez; CEG: Cegueira; RETT: Síndrome de Rett; SCEG: Surdocegueira.

Os dados da Tabela 1 mostram o crescimento do número de matrículas de alunos da Educação Especial em classes comuns, conforme preconizam as políticas públicas de Educação Especial vigente e que incentivam o processo de inclusão escolar. Na verdade, desde a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Por outro lado, as políticas implementadas, posteriormente, tiveram um maior impacto em relação aos serviços, especialmente em razão de mudanças, também, ocorridas em relação às diretrizes nacionais para a formação de professores em Pedagogia (BRASIL, 2006). Essas diretrizes priorizaram uma formação generalista para o professor da classe comum, mas valorizaram e ainda valorizam uma formação especializada para os serviços de AEE.

Diante dessa perspectiva positiva, a extinta Secretaria de Educação Especial, a partir de 2005, buscou fortalecer o AEE, desde a infraestrutura, até os aspectos de formação de recursos humanos. Desde então, por mais que ainda seja necessário avançar e padronizar as ações, de acordo com as necessidades de cada lugar, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) têm se evidenciado como uma realidade de atendimento especializado em todo o país, proporcionando uma forma de atender essa diversidade apresentada nos indicadores de matrículas e as especificidades desses estudantes (MENDES; CIA; CABRAL, 2015).

Alertamos, no entanto, para o fato de que muitos estudos têm evidenciado que essa diversidade não tem sido atendida de maneira plena, com o propósito de um processo de desenvolvimento e aprendizagem digno e efetivo. Nesse sentido, Mantoan (2004) já alertava para o fato de que a inserção na classe comum, nada mais é do que garantir o direito constitucional

que todos, independentemente de suas necessidades, mas para terem uma educação de qualidade, com perspectiva inclusiva, esse processo vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

Face ao exposto, Costa (2007, p. 16) afirma que para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais “[...] a escola demanda estar equipada com recursos didático-pedagógicos específicos para as diversas necessidades especiais dos alunos e professores formados para lidar com as diferenças desses alunos”, ou seja, oferecer as condições necessárias ao acesso desse público-alvo ao direito à educação e, conseqüentemente, garantir sua aprendizagem no cotidiano da escola pública.

É o que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, item IV) prevê, dentre outras contribuições:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação, para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Especificamente em relação à diversidade de alunos matriculados no sistema de ensino de Porto Velho, observamos no Gráfico 1 uma prevalência de Deficiência Intelectual, seguida de Autismo, Deficiência Física e Altas Habilidades/Superdotação. Cabe ressaltar que em nenhum caso as matrículas de classes exclusivas superam as de classes comuns, demonstrando um avanço em relação ao processo de inclusão, conforme dados nacionais. Apenas no caso de matrículas de alunos com surdocegueira há a mesma prevalência em classes comuns e em classes exclusivas. De modo geral, a alta frequência de matrículas do público-alvo da Educação Especial e a

diversidade desse público indicam demandas específicas e, novamente, vemos a deficiência intelectual em cena.

Consideramos que o processo de escolarização inicial do estudante com deficiência intelectual deve possuir as mesmas características e os mesmos princípios em relação aos das crianças sem “deficiência”. Assim, podemos considerar que as necessidades dessas crianças podem exigir, em sua maior parte, recursos e adaptações de métodos pedagógicos que sejam capazes de superar os impedimentos próprios da “deficiência”. Esses impedimentos, muitas vezes, dificultam a aquisição e o desenvolvimento da leitura e da escrita, por exemplo. Além disso, não podemos deixar de mencionar que as condições da educação, em nosso país, não têm garantido a escolarização mínima da população, seja esta com ou sem deficiência. Por isso, os impedimentos físicos, sensoriais, dentre outros, muitas vezes são somados aos problemas já existentes relacionados a essas condições das escolas. Isso, sem dúvida, tem interferido ainda mais no desempenho dos alunos, de um modo geral, e no sucesso das escolas.

Nesse contexto, esperamos que os escolares com Deficiência intelectual tenham seu processo de escolarização mediado por vivências de práticas de leitura e escrita, como qualquer outro sujeito, com o uso de recursos e estratégias que privilegiem diferentes situações que possibilitem construir e pensar sobre o conhecimento, pois esses sujeitos também devem participar ativamente da vida em sociedade.

Ainda, em relação ao aumento do número de matrículas de crianças com deficiência nas classes comuns, o Ministério da Educação tem utilizado esse indicador como sucesso da política de inclusão escolar.

Os importantes avanços alcançados pela política são refletidos em números [...] mostrando a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência (INEP, 2014, p. 25).

Reiteramos, no entanto, que o processo de inclusão escolar não pode ser compreendido somente pela entrada desses estudantes na escola, embora

esse seja, sem dúvida, um dos primeiros passos. Nesse sentido, Oliveira (2004, p. 94) afirma que,

[...] a proposta de uma educação inclusiva poderá, de fato, significar uma nova possibilidade de reorganização do espaço escolar, já que, ao atender e lidar com as diferenças dos seus alunos, a escola deverá ser capaz de envolver toda a comunidade na busca de soluções para a dificuldade que se apresentam no cotidiano. Isso exigirá, também, uma postura interdisciplinar e ações intersetoriais.

São muitos os desafios a serem enfrentados para além da convivência, assim como para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos. A inclusão escolar não pode ser um processo de compensação e sim um processo conduzido por estratégias e políticas públicas que fomentem apoio qualificado e efetivo para reverter o discurso materializado de sujeitos incluídos no processo educacional, no entanto, excluídos sob condições de incapacidade e de fracasso escolar.

3.2 Produções acadêmicas

Quadro 1 – Distribuição de produções acadêmicas dos programas PPGE e PPGE da UNIR/RO pelas suas referências

Produções Acadêmicas	Pós-graduação
ANTUNES, C. D. <i>Acessibilidade e inclusão na biblioteca do Instituto Federal de Rondônia</i> . 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.	Mestrado Profissional
BATISTA, S. S. <i>Práticas pedagógicas no contexto da inclusão no IFRO</i> . Campus Porto Velho Calama. 2017. 104 f. (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017	
COSTA, M. G. N. <i>A inclusão pelo olhar do incluído: a acessibilidade nos Campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)</i> . 2016. 190 f. (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.	
REIS, D. S. <i>Formação docente e educação de surdos: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda</i> . 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.	Mestrado Acadêmico
BATISTA, G. C. <i>Atendimento Educacional Especializado: trabalho e</i>	

formação docente. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.	
FERRAZZO, G. <i>Educação especial inclusiva versus instituições especializadas: uma abordagem histórico-crítica das políticas educacionais em Ariquemes-RO</i> . 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.	
SANTOS, J. P. C. <i>Os desafios da formação docente na aprendizagem dos alunos com surdez da rede municipal de Ji-Paraná/RO</i> . 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.	
SILVA, S. C. G. C. <i>Formação docente para os desafios da educação inclusiva: um estudo a partir das salas de recursos multifuncionais em Porto Velho/RO</i> . 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.	
MARTINS, N. S. O. <i>A identidade profissional do professor formador de professores para a educação inclusiva: formação docente e práticas pedagógicas</i> . 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.	
SANTOS, G. B. <i>Currículo na educação bilíngue para surdos: concepções e metodologias desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Bilíngue Porto Velho</i> . 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Tabela 2 – Distribuição de produções acadêmicas dos programas PPGE e PPGE da UNIR/RO por temas abordados

Temas abordados	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Público-alvo específico (Surdez)	3	30,0%
Acessibilidade	2	20,0%
Práticas pedagógicas	2	20,0%
Formação docente geral	2	20,0%
Políticas educacionais	1	10,0%
Total	10	100.0%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os dados indicados no Quadro 1 fornecem um panorama geral das produções científicas da área de Educação Especial dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado (acadêmico e profissional) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Diante dos dados apresentados, foi possível observarmos que essa produção ainda é baixa (10 publicações), sendo a maioria delas voltada para

reflexões a respeito do processo de formação de professores, acessibilidade e práticas pedagógicas capazes de favorecer o processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial.

Outro aspecto que não podemos desconsiderar, em relação às temáticas abordadas, mais especificamente indicadas na Tabela 2, é que a surdez aparece com mais ênfase (três) nessas produções. Esse dado chama a atenção e possibilita apresentar uma primeira relação entre os dados de matrículas apresentados anteriormente: o público-alvo que aparece de maneira mais frequente nessas produções não é o que possui um indicador alto de matrículas, conforme verificamos nos dados da Tabela 1 e do Gráfico 1. Isso aponta um descompasso entre os indicadores de matrículas expressivos (deficiência intelectual) e as pesquisas científicas que têm sido produzida. E, de acordo com Mendes (2004, p. 230):

[...] a ciência será essencial para que a sociedade brasileira contribua de maneira intencional e planejada para a superação de uma educação especial que atua contra os ideais de inclusão social e plena cidadania. Traduzir a educação inclusiva das leis, dos planos e das intenções para a realidade requer produção de conhecimento e prática e essa é uma tarefa para a pesquisa científica [...].

Um segundo dado importante e que também permite estabelecer uma similaridade entre as outras temáticas abordadas nas produções científicas trataram da acessibilidade e práticas pedagógicas. Quanto à acessibilidade, é muito provável que essa temática tenha relação com a deficiência física e, portanto, com um dos públicos-alvo com alto índice de matrículas no município. Por fim, a temática de práticas pedagógicas, ainda que seja ampla, permite a compreensão de diversos aspectos, especialmente, em relação à formação docente e aos aspectos curriculares do público-alvo da Educação Especial. Sem dúvida, esses são os temas mais desafiadores na área de Educação Especial (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018; MENDES; CIA; D’AFFONSECA, 2015; CRUZ; GLAT, 2014).

Nesse sentido, é de extrema importância que essa análise da produção seja constante, pois ela auxiliará na identificação e na sistematização de temas mais explorados, elencando lacunas para as novas necessidades científicas.

Além disso, é possível também fazer relações dessa produção com a realidade de Porto Velho/RO, já que a articulação entre a produção científica e essa realidade tem sido cada vez mais cobrada, especialmente, no papel da relação entre universidade e escola (OLIVEIRA, ZABOROSKI, 2018).

4 Conclusão

Nesse artigo, tivemos como objetivo buscar relações entre os dados do Censo Escolar produzidos no âmbito do município de Porto Velho/RO e as produções acadêmicas dos programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Escolar da UNIR-RO com o propósito de apresentar um conjunto de reflexões advindas, que possam constituir alguma contribuição tanto para a implementação de mudanças nessas políticas, quanto a de estudos que procurem analisá-las.

Constatamos um percentual expressivo de matrículas de alunos com deficiência intelectual em classes comuns no município de Porto Velho, visto que só foi possível porque a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em vigor, desde 2008, garantiu direito a esses sujeitos, oportunidades de inserção educacional e social na escola regular. No entanto, são necessários investimentos, produção de conhecimento científico para subsidiar práticas capazes de acolher no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, minimizando sua condição biológica em detrimento de atitudes e práticas de inclusão.

A legislação e políticas públicas preveem a criação de espaços, promoção de projetos, assegurando direitos e deveres. Porém, apenas leis não dão conta desse processo e, por conseguinte, não é suficiente para garantir esse desenvolvimento. Além delas, são necessárias condições de acesso e capacitação de recursos humanos, pedagógicos e físicos. Para isso, priorizar condições de permanência, participação e desempenho, de modo a ressignificar e reestruturar a proposta curricular e estratégias de ensino nas escolas, pode ser o começo para romper com lacuna entre as intenções declaradas/cristalizadas e a prática real.

O perfil da Educação Especial no município de Porto Velho/RO, tanto em classes comuns quanto em classes exclusivas, como podemos constatar foi pela prevalência significativa no número de matrículas de alunos com deficiência intelectual, seguida pela matrícula de alunos com autismo, deficiência física e Altas Habilidades/Superdotação. A produção do conhecimento científico em Educação Especial nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UNIR/RO tem destacado sua colaboração em relação ao perfil de Surdez, embora de forma ainda tímida e por não haver uma linha de pesquisa sobre Educação Especial, asseveramos que as produções existentes são de grande importância nesse processo de análise e crescimento regional e não devem ser desconsideradas, pois são elas que irão impulsionar os aspectos gerais que auxiliam na compreensão de todo esse contexto da inclusão escolar e da Educação Inclusiva. Assinalando, assim, um com indicativo que são necessários e urgentes investimentos no desenvolvimento de estudos científicos para geração de políticas públicas.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION [APA]. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANTUNES, C. D. *Acessibilidade e inclusão na biblioteca do Instituto Federal de Rondônia*. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Fundação Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.
- BATISTA, G. C. *Atendimento Educacional Especializado: trabalho e formação docente*. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.
- BATISTA, S. S. *Práticas pedagógicas no contexto da inclusão no IFRO*. Campus Porto Velho Calama. 2017. 104 f. (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: CNE/CP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRAUN, P.; MARIN, M. Avaliação da aprendizagem em contextos de inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, p.1009-1023, Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33103/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BUENO, J. G. S. *Educação Especial brasileira: questões conceituais e de atualidade*. São Paulo: EDUC, 2011.

CAMPOS, J. A. P. P. O aluno com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos: contexto e percurso escolar. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. (Org.). *A escola e o público-alvo da educação especial: apontamentos atuais*. São Carlos: Marqueline & Manzini. Marília: ABPEE, 2014. p. 17-34.

COSTA, M. G. N. *A inclusão pelo olhar do incluído: a acessibilidade nos Campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)*. 2016. 190 f. (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Fundação Universidade Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

COSTA, V. A. *Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais: políticas e sistemas*. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007.

CRUZ, G. C.; GLAT, R. Formação de professores para a Educação Inclusiva: avanços, recessos e retrocessos de cursos de Licenciatura. In: OLIVEIRA, J. P. et al. (Org.). *Perspectivas e contribuições da Educação Especial para a inclusão escolar*. Curitiba: CRV, 2014. p.13-36.

FERNANDES, E. M. Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 159-168.

FERRAZZO, G. *Educação especial inclusiva versus instituições especializadas: uma abordagem histórico-crítica das políticas educacionais em Ariquemes-RO*. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2018*. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 21 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. *Censo Escolar da Educação Básica-2018*. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 25 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. *Censo Escolar da educação básica 2013. Resumo técnico*. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

LIMA, M. F. C.; PLETSCHE, M. D. Escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 872-889, 2018.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 2004.

MARTINS, N. S. O. *A identidade profissional do professor formador de professores para a educação inclusiva: formação docente e práticas pedagógicas*. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

MENDES, E. G. Construindo um lócus de pesquisa sobre inclusão escolar. In: MENDES, E. G., ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. A. (Org.). *Temas em Educação Especial: avanços recentes*. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. p. 221-230.

MENDES, E. G.; CIA, F.; CABRAL, L. S. A. *Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em Educação Especial*. 1. ed. São Carlos: Marquezine & Manzini. Marília: ABPEE, 2015. (Série Observatório Nacional de Educação Especial. v. 3).

MENDES, E.G.; CIA, F.; D´AFFONSECA, S. S. M. *Inclusão Escolar e a avaliação do Público-alvo da Educação Especial*. 1. ed. São Carlos: Marquezine & Manzini; Marília: ABPEE, 2015. (Série Observatório Nacional de Educação Especial. v. 2).

OLIVEIRA, A. A. S. A ação avaliativa na área da deficiência intelectual: entre improvisos e incertezas. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 981-994, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33065/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma Escola Inclusiva. In: OMOTE, S. (Org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe Publicações, 2004. p. 77-112.

OLIVEIRA, A. A. S.; OLIVEIRA, J. P. Os desafios para a constituição de uma escola inclusiva: em cena a formação de professores. In: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (Org.). *Formação de professores e práticas educacionais inclusivas*. Curitiba: CRV, 2018. p. 13-28.

OLIVEIRA, J. P.; ZABOROSKI, A. P. Relações entre produção científica em Educação Especial e Matrículas de Alunos com Deficiência num Município do Interior de São Paulo. In: MANZINI, E. J.; OLIVEIRA, J. P.; GERMANO, G. D. (Org.). *Política de e para Educação Especial*. Marília: ABPEE, 2018. p.121-130.

PADILHA, A. M. L. Inclusão social e escolar das pessoas com deficiência intelectual: do direito e do dever, dos fundamentos e da práxis. In: OLIVEIRA, A. A. S.; PAPIM, A. A. P.; PAIXÃO, K. M. G. (Org.). *Educação especial e inclusiva: contornos contemporâneos em educação e saúde*. Curitiba: CRV, 2018. p. 53-72.

REIS, D. S. *Formação docente e educação de surdos: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda*. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2013.

SANTOS, G. B. *Currículo na educação bilíngue para surdos: concepções e metodologias desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Bilíngue Porto Velho*. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

SANTOS, J. P. C. *Os desafios da formação docente na aprendizagem dos alunos com surdez da rede municipal de Ji-Paraná/RO*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

SILVA, L. C.; SOUZA, V. A.; FALEIRO, W. Uma década da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: do ideal ao possível. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 732-747, 2018.

SILVA, S. C. G. C. *Formação docente para os desafios da educação inclusiva: um estudo a partir das salas de recursos multifuncionais em Porto Velho/RO*. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.